


A PRIMEIRA UNIVERSIDADE DA MATURIDADE INDÍGENA DO MUNDO: UMA INICIATIVA INOVADORA NA AMAZÔNIA

 <https://doi.org/10.56238/arev6n3-377>

Data de submissão: 29/10/2024

Data de publicação: 29/11/2024

Neila Barbosa Osório

Doutora em Educação

Universidade Federal do Tocantins

ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-6346-0288>

E-mail: neilaosorio@uft.edu.br

Luiz Sinésio Silva Neto

Doutor em Educação

Universidade Federal do Tocantins

ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-3182-7727>

E-mail: luizneto@uft.edu.br

Marlon Santos de Oliveira Brito

Doutorando em Educação

Universidade Federal do Tocantins

ORCID: <https://orcid.org/0000-0001-5487-2400>

E-mail: marlonoliveirabrito@gmail.com

RESUMO

A educação é um direito fundamental e uma ferramenta essencial para o desenvolvimento pessoal, social e cultural. No Brasil, programas educacionais buscam atender grupos sociais, como as populações indígenas. Neste contexto, a Universidade da Maturidade, da Universidade Federal do Tocantins, destaca-se com a criação da primeira Universidade da Maturidade Indígena do mundo, voltada para idosos da população indígena da Amazônia. O objetivo deste artigo é apresentar a criação e os impactos da Universidade da Maturidade Indígena em Tocantínia, Tocantins, abordando sua contribuição para a inclusão social e educacional dos idosos indígenas e a preservação dos saberes tradicionais por meio de programas educacionais intergeracionais. A pesquisa adota uma abordagem bibliográfica, revisando literatura, foram consultados artigos, documentos governamentais e projetos de extensão universitária. Também foram analisados dados secundários e reportagens sobre a Universidade da Maturidade e sua extensão voltada às populações indígenas. Os resultados indicam que a Universidade da Maturidade expandiu suas ações para incluir a população indígena, tornando-se pioneira no Brasil e no mundo. As conclusões apontam que a criação da Universidade da Maturidade Indígena na Amazônia representa um marco na educação internacional, promovendo a inclusão social de um grupo historicamente marginalizado.

Palavras-chave: Educação indígena. Educação na Amazônia. Saberes Tradicionais. Educação ao longo da vida.

1 INTRODUÇÃO

A educação é um direito fundamental e um meio essencial para promover o desenvolvimento pessoal, social e cultural dos indivíduos (Freire, 1996). No Brasil, um país multicultural, é imprescindível que os programas educacionais sejam adaptados às necessidades de diferentes grupos sociais, incluindo as populações indígenas e as pessoas idosas. Em um contexto de envelhecimento populacional e a necessidade de inclusão social, a Universidade da Maturidade, da Universidade Federal do Tocantins (UMA/UFT), na Amazônia, destaca-se com a criação da primeira Universidade da Maturidade Indígena do mundo. Um projeto inovador que visa oferecer oportunidades educacionais específicas para as pessoas idosas da população indígena amazonense.

Este artigo tem como objetivo apresentar a criação e os impactos da primeira Universidade da Maturidade Indígena no mundo, localizada na cidade de Tocantínia, município do Estado do Tocantins, estado membro da Amazônia legal brasileira. O foco é discutir como essa iniciativa contribui para a inclusão social e educacional das pessoas idosas indígenas e reforçar a importância de programas educacionais intergeracionais para a preservação dos saberes indígenas.

A metodologia deste estudo baseia-se em uma pesquisa bibliográfica, com a revisão de literatura relacionada à educação de anciãos, educação indígena e políticas de inclusão educacional. Fontes como artigos acadêmicos, documentos governamentais nacionais e internacionais e projetos de extensão universitária foram consultadas para embasar a discussão. Além disso, a pesquisa inclui a análise de dados secundários e reportagens sobre a Universidade da Maturidade, com foco na sua extensão voltada às populações indígenas.

Os resultados apontam que a Universidade da Maturidade, programa de extensão da Universidade Federal do Tocantins, criada inicialmente para atender pessoas idosas da população em geral, ampliou suas ações para a inclusão da população indígena, e se tornou pioneira no Brasil e no mundo. A criação dessa extensão nas comunidades indígenas da Amazônia foi resultado de uma série de diálogos entre lideranças indígenas, o governo estadual e a Universidade Federal do Tocantins. O objetivo principal é garantir que os anciãos indígenas tenham acesso a uma Educação ao longo da vida (Gadotti, 2016) democrática (Libâneo, 1990) que respeite e valorize suas tradições culturais, ao mesmo tempo que oferece novas oportunidades de aprendizagem (Ciavatta, 2005).

Neste caminho, o trabalho compartilha percepções fenomenológicas que envolvem o universo da criação da primeira Universidade da Maturidade Indígena na Amazônia, um ato que representa um marco na educação internacional, ao oportunizar acesso de pessoas idosas à universidade. Envolve uma análise profunda de como essa iniciativa não só promove a inclusão social de um grupo

historicamente marginalizado, como também fortalece itinerários formativos de diálogo intercultural e intergeracional (Brito et al, 2024).

2 METODOLOGIA

A pesquisa bibliográfica busca fundamentar teoricamente estudos acadêmicos que envolvam as palavras-chave, para divulgar produções que alcancem a construção de conhecimentos com base em fontes científicas confiáveis. Ela foi desenvolvida com base em etapas estruturadas que incluem desde a seleção das bases de dados até a análise crítica das fontes. A seguir, são descritos os principais passos utilizados na pesquisa bibliográfica em bases nacionais e internacionais.

O primeiro momento envolveu a delimitação clara do tema de pesquisa e a formulação de perguntas orientadoras (Minayo, 2008). No caso deste estudo, o problema de pesquisa foi relacionado à análise de iniciativas educacionais voltadas para populações idosas indígenas, com foco em atuação de universidades no Brasil e no Mundo. Os objetivos principal foi identificar experiências semelhantes e fundamentar teoricamente a análise do impacto dessa instituição.

Neste caminho, seguindo percepções fenomenológicas e vivências dos autores (Merleau-Ponty, 2018), foram selecionadas as bases de dados nacionais e internacionais relevantes para o tema em questão (Marconi e Lakatos, 2003). As principais bases utilizadas incluem, nas bases nacionais: a) SciELO (Scientific Electronic Library Online), uma das principais fontes para artigos em português e espanhol nas áreas de ciências sociais, educação e saúde; b) CAPES (Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior), em seu Portal de periódicos que oferece acesso a uma vasta gama de publicações acadêmicas brasileiras; e c) Google Acadêmico, recurso amplamente utilizado para busca ampla de artigos e teses em português.

Entre as bases internacionais alcançadas, destacam-se: a) ERIC (Education Resources Information Center), especializada em artigos e documentos relacionados à educação; b) PubMed, focada em artigos da área de saúde, especialmente relevantes para o tema do envelhecimento; e c) Scopus e Web of Science, em suas bases multidisciplinares que reúnem artigos científicos revisados por pares, essenciais para buscar trabalhos de relevância internacional.

Vale esclarecer que as palavras-chave e estratégias de busca foram intencionais (Merleau-Ponty, 2018), e envolveram a tradução de forma adequada para garantir a recuperação de resultados relevantes (Minayo, 2008). Ao passo que foram utilizadas combinações de termos em português, inglês e espanhol, de modo a contemplar tanto a literatura nacional quanto a internacional. Entre esses termos estão: educação de pessoas idosas, ensino intergeracional, maturidade indígena, indigenous elderly education, intergenerational learning, aging populations, University for the Third Age,

Universidade da Maturidade, educação inclusiva para pessoas indígenas, educación de personas mayores, enseñanza intergeneracional, madurez indígena, envejecimiento poblacional.

As estratégias de busca envolveram o uso de operadores booleanos (AND, OR) para refinar os resultados e excluir conteúdos irrelevantes (Marconi e Lakatos, 2003). De modo que os critérios de seleção de artigos estabelece um conjunto de critérios de inclusão e exclusão para garantir que apenas fontes relevantes fossem analisadas. Os critérios de inclusão envolvem artigos e documentos publicados nos últimos 10 anos, em português, inglês ou espanhol, que tratassem de educação de idosos, populações indígenas ou práticas educativas intergeracionais. E os de exclusão, estudos que não abordassem diretamente o tema proposto, publicações fora do período de recorte ou sem revisão por pares, e artigos que não estivessem disponíveis em texto completo.

Durante a análise de conteúdo (Bardin, 2011) foi realizada a leitura exploratória, ou seja, uma primeira leitura rápida dos resumos (abstracts) e introduções para verificar a pertinência do material. Seguida de uma leitura analítica, na qual os artigos selecionados foram lidos integralmente, com ênfase na análise dos objetivos, metodologia, resultados e discussões. Essa etapa incluiu a organização dos dados em categorias temáticas para facilitar a síntese dos conteúdos.

Ao final, os dados foram organizados e categorizados (Bardin, 2011) de acordo com os principais temas identificados na leitura crítica, para facilitar o gerenciamento da bibliografia. Essa etapa contou com ferramentas como Mendeley e Zotero, que auxiliam na organização das referências e na criação automática de citações.

A última etapa da pesquisa bibliográfica envolveu a síntese das informações obtidas, na qual foram relacionados os achados da literatura com o tema da Universidade da Maturidade Indígena. Além disso, uma análise comparativa entre as experiências nacionais e internacionais, trazem nos resultados o destaque para o ineditismo de uma Universidade para pessoas idosas e como essa inovação se torna uma referência de boas práticas e lições aprendidas, enquanto se constrói um referencial teórico sólido para a análise sobre os desafios e as potencialidades dessa iniciativa educacional no âmbito das comunidades da Amazônia.

3 RESULTADOS E DISCUSSÃO

Ao realizar uma análise bibliográfica sobre as universidades indígenas no Brasil e em outros países, os resultados revelam que, embora essas instituições estejam se consolidando como espaços importantes para a inclusão educacional de populações indígenas, elas ainda se concentram majoritariamente na formação de jovens, deixando de fora a população idosa, que desempenha um papel central na preservação das culturas e tradições. No entanto, há uma crescente valorização

internacional dos conhecimentos gerados por povos indígenas, tanto antes quanto depois da colonização, e exemplos internacionais podem inspirar novas iniciativas no Brasil.

No Brasil, diversas universidades têm oferecido cursos voltados para a formação de pessoas indígenas, contudo, nota-se o foco na valorização das tradições culturais e na capacitação para que esses estudantes atuem como lideranças comunitárias, professores ou agentes de saúde. No entanto, como destacado por Evaristo (2006), a criação de universidades indígenas ainda é uma novidade no país. Iniciativas como a Licenciatura Intercultural Indígena, presente em universidades federais por meio do Programa Nacional de Formação de Professores da Educação Básica (Parfor), visam formar professores indígenas e fortalecer o ensino bilíngue nas comunidades, mas essas ações têm como público-alvo principal os jovens adultos.

O Parfor Equidade, por exemplo, se apresenta como objetivo:

a formação de professores em licenciaturas e pedagogias indígenas. É uma ação da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), idealizada junto à Secadi/MEC, e destina-se ao cumprimento da estratégia 15.5 do Plano Nacional de Educação - PNE, Lei nº 13.005, de 25 de junho de 2014. Está em consonância com as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Escolar Indígena na Educação Básica - Resolução CNE/CEB nº 5, de 22 de junho de 2012 e com as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Formação de Professores Indígenas em cursos de Educação Superior e de Ensino Médio - Resolução CNE/CEB nº 1, DE 7 DE JANEIRO DE 2015. (Brasil, 2023)

Nota-se que o Parfor Equidade, orientado pela Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes), possibilitou que as Instituições de Ensino Superior (IES) apresentassem propositura de cursos de Pedagogia Intercultural Indígena e de Licenciatura Intercultural Indígena, e foram encontrados na pesquisa a aprovação de 39 cursos específicos, o que induziu a criação de 2.412 novas matrículas em Instituições de Ensino Superior ofertantes dos cursos em 2024.

Mesmo com esse avanço, recente, vale destacar que Evaristo (2014) ressalta que, embora o Brasil esteja apenas começando a experimentar esse modelo de universidade, países da América Latina, como a Bolívia, Nicarágua e México, já estão avançados na promoção de universidades indígenas que valorizam o conhecimento tradicional em suas várias formas. Essas instituições têm como objetivo não apenas a inclusão social e acadêmica dos povos indígenas, mas também a preservação e transmissão dos saberes ancestrais.

No continente americano, a pesquisa apontou que países como a Bolívia, Nicarágua, México e até os Estados Unidos já estabeleceram universidades indígenas que vão além da formação dos jovens, promovendo o reconhecimento do conhecimento indígena como parte integral da educação superior. Segundo Evaristo (2014), a Bolívia é um exemplo notável, com cinco universidades indígenas e 22 cursos voltados para a formação de jovens e o fortalecimento cultural. A Nicarágua

possui duas universidades com 10 cursos, enquanto o México abriga oito universidades indígenas e 49 cursos, revelando uma infraestrutura educacional robusta e bem estabelecida. Até mesmo nos Estados Unidos, que historicamente teve uma relação conturbada com suas populações indígenas, existem duas universidades indígenas que buscam promover a educação superior entre as comunidades nativas.

Esses exemplos internacionais demonstram o sucesso de uma política educacional que valoriza o conhecimento indígena em diversos níveis e áreas de formação, algo que o Brasil ainda está começando a implementar (Brasil, 2024). Além disso, essas universidades têm como uma de suas metas a preservação do conhecimento tradicional, facilitando o diálogo entre o saber acadêmico e o saber ancestral, algo essencial para a identidade dos povos indígenas.

Além das universidades indígenas no continente americano e dos cursos voltados para jovens no Brasil, também é possível encontrar programas de estudos focados em povos indígenas em outras partes do mundo. A Victoria University of Wellington, na Nova Zelândia, oferece um Mestrado em Estudos Indígenas, que coloca as culturas e histórias Māori e do Pacífico em um contexto global, analisando suas experiências coloniais (VUW, 2024). Na Austrália, a Southern Cross University oferece um Bacharelado em Conhecimento Indígena, que explora as histórias, sistemas de conhecimento, saúde, bem-estar e modos de vida dos povos indígenas (SCU, 2024). Além disso, a Universidade Católica Australiana possui uma agente de ligação de pesquisa indígena, em uma comunidade aborígene piscatória, trazendo suas experiências para o cenário acadêmico (UCA, 2024). Esses exemplos internacionais mostram o crescente interesse em valorizar e preservar os conhecimentos e histórias dos povos indígenas em diferentes contextos educacionais.

A pesquisa apontou que, embora as universidades indígenas internacionais tenham promovido um avanço significativo na educação de jovens indígenas, a análise revela que a maioria dessas instituições ainda se concentra em programas voltados exclusivamente para a juventude, com pouca ou nenhuma atenção à população idosa. No Brasil, essa realidade é ainda mais evidente, uma vez que as universidades indígenas estão em fase inicial de desenvolvimento e não há registros de iniciativas voltadas especificamente para anciãos indígenas, além da Universidade da Maturidade, da Universidade Federal do Tocantins (UMA/UFT).

Essa lacuna reflete um desafio educacional mais amplo: o envelhecimento das populações indígenas e a necessidade de incluir os mais velhos em processos educativos formais (Oliveira et al, 2023). De modo que os anciãos indígenas, muitas vezes considerados guardiões do conhecimento tradicional, não têm sido contemplados por essas instituições de ensino, o que compromete a

preservação dos saberes ancestrais e o fortalecimento das identidades culturais indígenas (Santana et al, 2023).

Os resultados bibliográficos relacionados à Universidade da Maturidade Indígena (UMA/UFT), localizada em Tocantínia, na Amazônia, revelam uma abordagem inovadora para a educação de anciãos indígenas. A pesquisa indica que a UMA/UFT foi criada com o objetivo de promover a inclusão, o fortalecimento da identidade cultural e a transmissão de conhecimentos ancestrais, atendendo às especificidades e necessidades da população indígena idosa.

A UMA/UFT adota um modelo educacional intergeracional, permitindo que anciãos indígenas compartilhem suas experiências e saberes ancestrais com os mais jovens. Isso fomenta um ambiente de troca de conhecimento, onde as práticas tradicionais e acadêmicas se encontram. Ela possui um currículo adaptado para respeitar os modos de aprendizagem das pessoas idosas, priorizando metodologias que valorizam a oralidade, a prática e a experiência de vida. As aulas incluem temas como letramento, saúde, direitos, e conhecimentos tradicionais, como artesanato, práticas agrícolas e língua materna.

Destacam-se pesquisas que apontam para a formação de educadores, professores e mediadores culturais, muitos dos quais são indígenas, como uma parte fundamental do funcionamento da UMA/UFT. Esses profissionais são treinados para atender às demandas específicas de pessoas idosas indígenas, respeitando seus tempos e modos de aprendizagem (Brito et al., 2023). Ou seja, percebe-se a inclusão e a valorização cultural, quando a universidade respeita as tradições indígenas, em abordagens pedagógicas que incentivam o empoderamento das pessoas idosas, reconhecendo-as como agentes ativos na educação, ao invés de meros receptores de conhecimento.

Neste caminho, a análise destaca ainda os resultados sociais e culturais, tendo em vista que a UMA/UFT tem um impacto significativo na vida dos anciãos indígenas, ao fortalecer a identidade cultural e promover o conhecimento tradicional. Ao passo que os participantes relatam um aumento na autoestima e no senso de pertencimento, além de uma maior conexão com suas raízes culturais (Oliveira et al., 2023; Santana et al., 2023).

Ao comparar a UMA/UFT com outras iniciativas de universidades indígenas no mundo, observa-se que, enquanto aquelas se concentram na formação de jovens, a UMA/UFT se destaca por sua proposta inovadora de incluir a população idosa. Esse diferencial é crucial para o fortalecimento da intergeracionalidade e para reflexões que contemplem os saberes tradicionais, áreas frequentemente negligenciadas em algumas instituições de ensino superior.

Os resultados demonstram ainda que, para buscar soluções que possam incluir tanto jovens quanto pessoas idosas nos processos educacionais, existem projetos e programas de extensão que

acolhem os mais velhos em espaços universitários. Experiências alcançadas em todos os países citados até aqui, com destaque para a Bolívia. Contudo, em uma aproximação e preocupação específica para pessoas idosas, nomeando-os como acadêmicos, encontrou-se apenas a UMA/UFT, na cidade de Tocantínia, município do Estado do Tocantins que faz parte da Amazônia legal brasileira. A UMA/UFT, tonar-se, portanto um espaço que oportuniza anciãos indígenas ao aprender ao longo da vida (Gadotti, 2016) com as práticas universitárias e consegue integrar de forma eficaz os conhecimentos indígenas tradicionais e acadêmicos.

Tais apontamentos culminaram para a percepção de que a Universidade da Maturidade Indígena, da UMA/UFT, no Brasil, é a primeira no mundo voltada especificamente para a educação de anciãos indígenas, com o objetivo de promover a intergeracionalidade e a transmissão de conhecimentos ancestrais (Brito et al, 2021). Ao ouvir experiências de outros países, o Brasil teria a oportunidade de expandir suas políticas educacionais indígenas para incluir todas as faixas etárias, respeitando e valorizando os diferentes modos de conhecimento dos povos originários.

Embora o foco atual das universidades indígenas, tanto no Brasil quanto em outros países, seja direcionado aos jovens, os exemplos internacionais mostram que há um espaço significativo para expandir esses programas, incluindo pessoas idosas. A criação de uma Universidade da Maturidade Indígena, como visto na Amazônia, pode ser uma iniciativa inovadora, capaz de preencher a lacuna no atendimento às anciãos indígenas. Afinal, a UMA/UFT consegue promover o diálogo intergeracional, onde os mais velhos compartilham seus saberes tradicionais e os mais jovens aprendem, fortalecendo as identidades culturais indígenas (Oliveira et al, 2023).

Um dos grandes diferenciais da iniciativa UMA/UFT Indígena é a abordagem intergeracional e intercultural. Além de oferecer aulas voltadas para o letramento, saúde e direitos, os polos indígenas do programa promovem atividades que envolvem a transmissão de conhecimentos tradicionais, como o artesanato, as práticas agrícolas e a língua materna (Santana et al, 2023). Ações que Gadotti (2016) considera fundamentais para a preservação da cultura e o fortalecimento da identidade dos alunos em todas as idades, e, neste recorte, com as pessoas idosas, na perspectiva de que muitos dos quais não tiveram acesso à educação formal em suas juventudes (Ciavatta, 2005).

Encontra-se no material analisado que a Universidade da Maturidade Indígena também se destaca por suas práticas pedagógicas inclusivas (Oliveira et al, 2023). Na qual, professores e mediadores culturais, muitos deles indígenas, são treinados para lidar com os desafios específicos desse público, respeitando os tempos e os modos de aprendizagem das pessoas idosas (Brito et al, 2023). Ou seja, a instituição adota uma pedagogia que valoriza a oralidade e a prática, além de criar um ambiente de respeito e acolhimento.

Outro impacto relevante é a promoção do protagonismo dos anciãos indígenas, que passaram a ser reconhecidos não apenas como detentores de conhecimento tradicional, mas como agentes ativos na construção de novas formas de educar (Brito et al, 2021 e 2023; Santana et al, 2023; e Oliveira et al, 2023). De modo que a experiência educacional com as pessoas idosas, jovens universitários e outros sujeitos alcançados se torna um espaço de troca e de empoderamento, fortalecendo laços entre diferentes gerações e comunidades.

Sobre isso, a produção organizada por Osório et al (2022), revela como a UMA/UFT consegue valorizar as tradições indígenas e proporcionar novas oportunidades de aprendizagem para as pessoas idosas. Percebe-se que a universidade consegue cumprir sua missão social ao contribuir significativamente para a preservação cultural e para a promoção de uma educação mais inclusiva e diversa. Ao passo que a experiência de Tocantínia pode servir de inspiração para outras regiões do Brasil, da América e do Mundo, onde as populações indígenas envelhecem e necessitam de políticas educacionais específicas que respeitem suas particularidades culturais.

Por fim, a análise dos resultados revela que, embora as universidades indígenas no Brasil ainda estejam em seus primeiros passos, a experiência internacional demonstra que essas instituições podem ser grandes aliadas na valorização e preservação dos conhecimentos indígenas. Contudo, há uma lacuna significativa no que diz respeito à inclusão dos saberes ancestrais dos anciãos indígenas nesses espaços educacionais. A proposta da UMA/UFT, pode trazer contribuições importantes para a criação de mais espaços como a Universidade da Maturidade Indígena, que ofereçam um oportunidades de aprendizado e valorização dos saberes tradicionais em um diálogo intergeracional.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

As considerações finais desta pesquisa apontam para a necessidade urgente de expandir as universidades indígenas no Brasil, incluindo iniciativas voltadas à população idosa. Embora as universidades indígenas no país e em outros países tenham alcançado um importante avanço na inclusão educacional de jovens indígenas, o foco predominante ainda recai sobre essa faixa etária.

A experiência inovadora da Universidade da Maturidade Indígena (UMA/UFT), localizada em Tocantínia, Tocantins, Amazônia, destaca-se como a primeira instituição no Brasil – e no mundo – dedicada à educação formal de pessoas idosas indígenas. Ao promover o diálogo intergeracional e integrar saberes tradicionais, ancestrais e acadêmicos, a UMA/UFT estabelece um marco na inclusão e valorização das pessoas idosas dentro do contexto educacional indígena.

Essa iniciativa traz à tona o protagonismo das pessoas idosas indígenas, reconhecendo-as como detentoras e transmissoras de conhecimento ancestral, ao mesmo tempo que proporciona novas

oportunidades de aprendizagem. A pesquisa bibliográfica mostrou que, enquanto outros países do mundo avançam em seus sistemas de universidades indígenas, estas ainda se concentram predominantemente na formação de jovens. Ao mesmo tempo em que a criação de universidades que contemplem a população idosa, como a UMA/UFT, pode contribuir para a preservação e reflexão científica com saberes tradicionais, ancestrais, mas também promover a construção de uma educação intercultural e intergeracional inclusiva.

Portanto, as lições trazidas pela UMA/UFT podem servir de modelo para expandir a oferta de universidades indígenas no Brasil e em outros países, fortalecendo políticas educacionais que integrem pessoas de todas as idades, especialmente aquelas que, historicamente, têm sido deixadas de fora dos processos educativos formais. Assim, o Brasil tem a oportunidade de liderar um movimento global em prol da educação indígena que valorize o conhecimento ancestral, tradicional posto por anciãos de gerações mais velhas, garantindo a continuidade e preservação das culturas indígenas em toda sua diversidade.

REFERÊNCIAS

ACU, AUSTRALIAN CATHOLIC UNIVERSITY. Indigenous Research Liaison Officer. The university has an Indigenous Research Liaison Officer from a fishing Aboriginal community, bringing her experiences to the academic context. Austrália, 2024. Disponível em: https://staff.acu.edu.au/our_university/research/research-services/research-ethics/ethical-considerations/aboriginal-and-torres-strait-islander-research Acesso em: 19 out. 2024.

BARDIN, L. Análise de conteúdo. São Paulo: Edições 70, 2011

BRASIL, Empresa Brasil de Comunicação. Agência Gov. Lançado Centro de Saberes que poderá ser 1ª universidade indígena do País. Brasília: 2024. Disponível em: <https://agenciagov.ebc.com.br/noticias/202310/centro-de-saberes-tentehar-lancado-hoje-na-ti-arariboia-no-maranhao-podera-ser-primeira-universidade-indigena-do-pais> Acesso em: 20 out. 2024.

BRASIL, Ministério da Educação. Licenciatura Intercultural Indígena. Programa Nacional de Formação de Professores da Educação Básica (Parfor). Brasília: 2023. Disponível em: <https://www.gov.br/mec/pt-br/educacao-escolar-indigena/parfor-equidade-indigena> Acesso em: 27 out. 2024.

BRITO, M. S. O. et tal. WAPARI: Um registro da escutatória de idosos, indígenas e professores na formação continuada da UMA/UFT em Tocantínia - Tocantins. Congresso Internacional de Envelhecimento Humano. Editora Realize: 2021. Disponível em: https://www.editorarealize.com.br/editora/anais/cieh/2021/TRABALHO_EV160_MD1_SA105_ID2665_11102021201212.pdf Acesso em: 18 set. 2024.

BRITO, M. S. O., et al. Os itinerários formativos para pessoas idosas na Universidade da Maturidade – UMA. Caderno Pedagógico, 21(5), e4445. Disponível em: <https://doi.org/10.54033/cadpedv21n5-181> Acesso em: 15 ago 2024.

CIAVATTA, M. A formação integrada: a escola e o trabalho como lugares de memória e de identidade In.: FRIGOTTO, G. et al. (orgs.). Ensino médio integrado: ensino médio integrado concepções e contradições. São Paulo: Cortez, 2005.

EVARISTO, M. M. Práticas instituintes de gestão Xacriabá. 2006. Tese de Doutorado. Tese de Doutorado, FAE/UFMG.

EVARISTO, M. M. Universidade Indígena começa a ser discutida em março pelo MEC. Extra: 2014. Disponível em: <https://extra.globo.com/noticias/educacao/vida-de-calouro/universidade-indigena-comeca-ser-discutida-em-marco-pelo-mec-11418975.html> Acesso em 26 out. 2024

FREIRE, P. Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa. 34. ed. São Paulo: Paz e Terra, 1996.

GADOTTI, M. Educação popular e educação ao longo da vida. 2016. Disponível em: https://www.paulofreire.org/images/pdfs/Educacao_Popular_e_ELV_Gadotti.pdf Acesso em 19 de out. de 2024

LIBÂNEO, J. C. Democratização da escola pública: a pedagogia crítico-social dos conteúdos. 9. ed. São Paulo: Loyola, 1990.

MARCONI, M. A. de.; LAKATOS, E. M. Fundamentos de Metodologia Científica. São Paulo: Atlas: 2003.

MERLEAU-PONTY, M. Fenomenologia da percepção. (C. Moura, Trad.). São Paulo: Martins Fontes: Edição de 2018.

MINAYO, Maria Cecília de Souza. Pesquisa Social: Teoria, método e criatividade. 27 ed. – Petrópolis, RJ: Vozes, 2008.

OLIVEIRA, N. P. B. et al. Peel more in the Amazon! Intergenerational learning and health education at the University of Maturidade do Tocantins. Concilium: 2023, 23(12), 402–411. Disponível em: <https://doi.org/10.53660/CLM-1536-23H52> Acesso em: 30 de ago. de 2023.

OSÓRIO, N. B.; SILVA NETO, L. S.; NUNES FILHO, F. A. GeronTOcantins: estudos sobre a educação ao longo da vida na Amazônia legal. Organizadores. Ponta Grossa - PR: Atena, 2022. Disponível em: <https://www.atenaeditora.com.br/post-ebook/5162> Acesso em: 28 de set. de 2024.

SANTANA, L. S. B. et al. Shared roots: intergenerational education in the playful traditions of the Akwê-Xerente people of the Amazon. Concilium: 2023, 23(19), 438–447. Disponível em: <https://doi.org/10.53660/CLM-2142-23P64> Acesso em: 05 set. 2024.

SCU, SOUTHERN CROSS UNIVERSITY. Bachelor of Indigenous Knowledge. The program explores the histories, knowledge systems, health and well-being determinants, and ways of life of Indigenous peoples. Austrália, 2024. Disponível em: <https://www.scu.edu.au/study/courses/bachelor-of-indigenous-knowledge-3009250/> Acesso em: 19 out. 2024.

VUW, VICTORIA UNIVERSITY OF WELLINGTON. Master of Indigenous Studies. The program places Māori and Pacific cultures and histories in a global context, analyzing their colonial experiences. Wellington, New Zealand, 2024. Disponível em: https://www.auckland.ac.nz/en/study/study-options/postgraduate-study-options.html?gclsrc=aw.ds&gad_source=1&gclid=Cj0KCQjw7Py4BhCbARIsAMMx-_Lh58-BdkhseAJDT0UXAD2__wRm1Wx8cblYqrrtdDezb4jsSoDTUR8aAnixEALw_wcB Acesso em: 19 out. 2024